
Representação dos Estudantes de Braga contra o Casamento Civil

Senhores deputados da Nação.

Os abaixo assignados, estudantes do curso theologico no seminario de Braga, e os das aulas preparatorias no seminario e lyceu nacional da mesma cidade, veem hoje pedir-vos que os escuteis n'uma questão de grande momento.

Os mancebos, que se atrevem a levantar as suas vozes no meio de vós, senhores, teem a consciencia de o poderem fazer desassombradamente, porque os não maculam as paixões politicas, porque não aprenderam ainda a dizer outra coisa que não seja a verdade, porque, só sabem a linguagem da ingenuidade.

Se assim é, senhores (do que não podeis duvidar), é justo que os attendaes.

Tracta-se de fazer passar como lei do Estado o projecto do — Codigo Civil, — aonde se permite e approva o casamento-contratto, independentemente do casamento-sacramento.

Não temos nada que ver com o Codigo Civil, mas n'esta parte, senhores, sabemos que o

projecto transformado em lei será altamente escandaloso e prejudicial á moralidade publica, porque todos sabem que não ha legitimo casamento senão o sacramental; e nós queremos a moralidade publica, senhores, porque sem ella não ha progresso nem mesmo sociedade, e nós somos moços, temos a esperanza de viver, e queremos viver no meio d'uma sociedade feliz e bem morigerada. Não succeda que os vindouros amaldiçõem a vossa memoria, não; que assim não seja. Mas então affastae da nossa querida patria esse mal, affastae-o porque sois catholicos e bons cidadãos, porque sois advogados e interpretes dos nossos desejos; afastae-o porque não deveis permittir e sancionar um concubinato vergonhoso, porque não deveis faltar a um artigo da nossa lei fundamental que manda que «a Religião Catholica continue a ser a Religião do Estado». E approvar actos publicos contrarios a essa Religião não será menos-presal-a e contrarial-a a força aberta?

Decidi-o vós, senhores.

Em quanto a nós, intimamente convencidos d'estas verdades, cremos haver cumprido com o nosso dever, manifestando-vol-as franca e lealmente. Não nos alcunheis por isso de ultramontanos, reaccionarios e anti-progressista, não.

Nascemos em terras de Portugal, senhores, e

o sangue que nos gira nas veias é tão portuguez como o vosso. Desafiamos que haja quem se vote com mais alma á defeza da patria na hora do perigo; mas os paes que nos ensinaram a dedicação pela patria, mandaram-nos ser catholicos, e vós sabeis que estas crenças bebidas com o leite e robustecidas com um pouco de estudo e experiencia, são inabalaveis.

Respeitamos o governo do paiz; temos soffrido o augmento d'aulas preparatorias, de despesas extraordinarias por cada um exame; fômos ha pouco examinados e bem mal considerados por professores que nos não conheciam, e não soltamos um só gemido. Temos visto com a maior indifferença as luctas meramente politicas; essas pertencem-vos, senhores.

E não odiamos o progresso. Queremos o progresso bem entendido.

Temos para nós que a Religião Catholica, que foi o maior elemento de verdadeira civilisação nos tempos passados, não é agora um mo-vel velho, que se deva regeitar.

Queremos o progresso de Chateaubriand e do padre Felix, e não o de Proudhon. Queremos a liberdade, mas não a licença. Liberdade regulada por uma lei eterna e immutavel — immutavel, dizemos nós, porque as dos homens são d'um dia.

Eis os votos e as convicções dos abaixo assi-

gnados, estudantes de Braga. Acolheios benignamente, senhores. Attendei a que se a nossa intelligencia é por ora pouco robusta, o nosso coração sente muito e bem, e nós copiamos o coração.

P., snrs. deputados da nação, que as disposições do Codigo Civil, concernentes ao casamento civil, sejam eliminadas como prejudiciaes á Egreja e ao Estado.

Braga, 28 de novembro de 1865.

(Seguem-se as assignaturas)

(A Nação).